

O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



EDITORIAL: ALERTA BRASIL PG.2

PG.4 **UM PROGRAMA DE SAÚDE PARA A BAHIA**

NOTA SOBRE AS GRANDES CIDADES PG.7

PG.9 **ENTREVISTA DO MOMENTO CHEYENNE AYALLA**

AGRONEGÓCIO E A FOME: A PROMESSA DE ERRADICAÇÃO DA FOME QUE RADICALIZA SUA EXISTÊNCIA PG.13

PG.15 **CAIO PRADO JÚNIOR E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

A CARAVANA DA ESPERANÇA PG.17

PG.19 **O PROJETO POLÍTICO DA NOVA ESQUERDA JÁ NASCEU COM PRAZO DE VALIDADE!**

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022 CHEYENNE AYALLA PG.21

PG.22 **SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022 GUILHERME CORONA REIS**

ESPAÇO CULTURAL - O TEATRO MODERNO NA CULTURA BRASILEIRA PG.23

PG.25 **MEMÓRIA - A IMPRENSA COMUNISTA E A VITÓRIA DO PCB NAS ELEIÇÕES DE 1945**

Alerta Brasil



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebpm/Agência Brasil

Por Milton Pinheiro

O Brasil encontra-se nos passos iniciais, e determinantes, que podem delimitar o processo eleitoral deste ano. Forças reacionárias, conservadoras e neofascistas, aliadas do atual governo de extrema direita, movimentam-se pela incitação aberta do agitador fascista, Jair Bolsonaro, e por ações irresponsáveis do alto comando das forças armadas, em particular a indefectível postura do ministro da defesa e congêneres.

Esse cenário imprevisível cresceu e, do ponto de vista das forças da extrema direita, já está caracterizado. Contudo, é importante localizar fundamentos para analisar esse processo na lógica política desenvolvida pelas forças da social democracia tardia, em segmentos da esquerda encapsulada no messianismo eleitoral e na paralisação das instituições judiciais que geralmente tem caído nas armadilhas políticas arquitetadas pelo bloco bolsonarista. Ao lado desse complexo de situações operadas na arena da política institucional, a ausência da centralidade política na movimentação nas ruas e praças pelo Fora Bolsonaro/Mourão, determinou que o espaço da luta de classes se transformasse, única e exclusivamente, no duelo eleitoral.

O campo bolsonarista tem estimulado a violência política de forma premeditada: o uso indiscriminado de armas; o assassinato em Foz do Iguaçu foi orientado pela lógica do "você sabem o que fazer"; perseguição em atos e ações da esquerda por uma turba que se comporta como se fosse AS's (Sturmabteilung) do partido nazista; o encontro com embaixadores (preparando o mundo para o golpe), e a situação do TSE aceitando o papel dos militares no exame das

urnas com a ameaça de que se não for feito a partir da sua orientação não haverá eleições. Tudo isso diante do silêncio obsequioso das instituições da república na ordem formal da democracia burguesa.

A lógica da coligação burgo-petista, capitulando, novamente, aos interesses da burguesia interna que considera Lula a terceira via, tem feito uma procura indefensável pela direita fisiológica e por golpistas de 2016, o que torna um futuro governo Lula ainda mais refém do esquema da ordem no parlamento e na sociedade. É constrangedora a articulação do arco político que reafirma as alianças com os golpistas e sua pauta política/fisiológica.

A coligação burgo-petista tem fugido das questões essenciais. Não discute a questão das privatizações criminosas que foram realizadas por Bolsonaro, não explica o que vai ocorrer com a Petrobras e os preços dos combustíveis, torna confusa a informação sobre a revogação da reforma trabalhista com um discurso hermético e sem posição, e sobre a reforma administrativa, o candidato burgo-petista acenou que fará, contudo, tornando vazio de conteúdo o que será. As propostas de Lula estão no campo do genérico, com um discurso vago sobre o futuro.

Fica nítido, nessa configuração eleitoral, que um possível governo burgo-petista se apresenta de forma imprevisível. Pode-se especular que a sua característica será definida pela movimentação das forças políticas da centro-direita e, talvez, segmentos de centro-esquerda pautados pelo oportunismo eleitoral.

Apesar da repercussão positiva da chamada



“Carta pela democracia”, que partiu da Faculdade de direito da USP, o papel das instituições do Estado capitalista neste momento encontra-se no campo da nulidade política para enfrentar a movimentação neofascista e golpista. O caso mais concreto é a tergiversação do poder judiciário diante da necessidade de enfrentamento aos militares golpistas. Por outro lado, o Ministério Público, com o seu prevaricador geral da república, comporta-se como assessor político do presidente e tem fortes relações com forças golpistas, a exemplo dos empresários que organizaram um grupo para formular um provável golpe.

As forças armadas, a partir de suas lideranças hierárquicas, têm tido um papel de estímulo ao golpe e de subversão do seu papel institucional. Esse setor tem agido de forma insistente para tutelar as eleições e beneficiar o agitador fascista, Jair Bolsonaro. Trata-se do Partido fardado tentando articular o bloco do partido da ordem. Essa lógica longeva dos militares é habitual na história brasileira e, agora, aprofundou diante da ocupação do governo, transformando-o em um aparato burguês-militar que ocupa o Palácio do Planalto.

A esquerda da parceria conflitiva com a ordem, organizada através da pauta social-democrata de orientação tardia, errou ao contribuir com o movimento tático de desocupar as ruas e praças. Agiu de forma irresponsável quando considerou que o movimento popular pelo fora Bolsonaro/Mourão não era mais importante e organizou suas ações para a batalha eleitoral. Para além da esquerda da parceria conflitiva com o capital, por onde andam as centrais sindicais do campo progressista? Por que os movimentos populares de luta pela terra e por moradia não se movimentam no sentido do Fora Bolsonaro/Mourão?

Fica evidente que a centralidade da luta política para esses segmentos partidários, populares e trabalhistas ficaram configurados para agir apenas no processo eleitoral. Uma tática rebaixada que se movimenta apenas para o fluxo da ordem liberal burguesa.

É importante registrar que a luta nas ruas pelo Fora Bolsonaro/Mourão é uma ação tática que possibilitaria a constituição da unidade de ação e poderia organizar um programa popular, por isso, é fundamental organizar essa luta para avançar em 2023, independente de quem possa ser eleito (a) agora em 2022. Esse projeto da classe trabalhadora poderá avançar no sentido da luta política para disputar as ruas e praças.

A luta histórica da classe trabalhadora permite-nos informar que não se combate o golpismo e o neofascismo com alianças eleitorais no campo da ordem. Por isso, as alianças burgo-petistas com os golpistas de 2016, com frações da burguesia que operam a miséria social, com a institucionalidade leniente diante do neofascismo e a extrema direita são um risco para a relação de forças na luta de classes.

O neofascismo e a extrema direita se combatem com ações concretas nas contendas das lutas de classes e não se conformando na lógica da eleição e na institucionalidade burguesa. Será necessário avançar na ocupação dos espaços públicos ainda em 2022 e preparar ações da classe trabalhadora para as batalhas de 2023. O bloco proletário e popular precisa ter um programa mínimo, mas com visão estratégica para organizar a luta anticapitalista e anti-imperialista na perspectiva de construção do poder popular e da alternativa socialista.

Contudo, sabendo da importância da disputa eleitoral dentro da ordem burguesa, mesmo compreendendo a incapacidade da disputa eleitoral burguesa no enfrentamento à extrema direita e ao fascismo, é fundamental ter uma candidatura do campo da esquerda revolucionária que luta pelo poder popular. Para representar esse projeto, compreendemos que a candidatura da economista Sofia Manzano configura esse programa que tem um projeto de mediações táticas em articulação com o sentido estratégico que interessa à classe trabalhadora. Como primeiro passo dessa luta popular e proletária é importante ocupar às ruas neste sete de setembro, no Grito dos Excluídos.



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo

Caires, Alexandre Mask, Marcela

Carvalho e João Abreu

Editora

Camila Oliver



o m o m e n t o b a

Diagramação e Capa

João Abreu

Colaboradores desta edição

Lincoln Secco, David Rehem, Arthur Santos

e Gabriel Galego

Revisora responsável

Camila Oliver

Colaboradora da revisão

Anna Luiza

contato@omomento.org | www.omomento.org

UM PROGRAMA DE SAÚDE PARA A BAHIA



Foto: Francisco Venâncio

Por Rômulo Caires

Partindo do pressuposto de que a saúde está relacionada a uma totalidade de aspectos ligados às determinações sociais do processo saúde-doença e do bem-estar, notamos como as populações mais empobrecidas e oprimidas da Bahia têm de lidar com os graves problemas relacionados à ausência de infraestrutura básica, ausência de moradia, transporte público, segurança pública, segurança alimentar e emprego. Nesse sentido, um programa de saúde para o Estado não pode estar desvinculado à uma intensa agenda de transformações infraestruturais.

De forma imediata, o PCB executará uma política de investimento na saúde de caráter público, gratuito e de qualidade, rompendo com as transferências de recursos públicos para a iniciativa privada, bem como com os projetos de precarização dos serviços públicos e da seguridade social. Somos contrários à lei de responsabilidade fiscal e iremos instaurar a Lei de Responsabilidade Social.

Ao mesmo tempo em que tensionaremos o limite institucional para a efetivação de um autêntico programa de saúde para a classe trabalhadora baiana, impulsionaremos a organização coletiva dos trabalhadores da saúde e dos usuários, criando espaços reais de participação ativa destes setores nos rumos da saúde na Bahia. Não se tratarão de meros espaços consultivos, mas pretendemos romper com a dicotomia planejamento/execução trazendo para as tomadas de decisões os próprios trabalhadores da saúde e os usuários dos serviços de saúde.

Pretendo agora sintetizar uma proposta de programa dividida em 4 eixos principais. Tais propostas reúnem um conjunto de debates e lutas realizados pelos trabalhadores da saúde do PCB no último período. A proposta de programa será debatida no dia 13/09/2022,

às 19h, na sala 4, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia em evento organizado pela comissão de saúde da célula de trabalhadores Carlos Marighella em parceria com o núcleo de saúde da Unidade Classista- Salvador:

1) Ampliação e melhoria dos postos de trabalho no setor saúde.

- Eliminação de todos os chamados “novos” modelos de gestão e pela revogação das leis que deram origem às organizações sociais (OSS), empresas estatais de direito privado (ex. a EBSERH), bem como parcerias público-privadas;
- Generalização de contratação via concursos públicos e pelo reajuste salarial dos servidores públicos estadual, compatível com o aumento da inflação. Observa-se nestes últimos anos uma perda real do salário dos trabalhadores estatutários, o que impacta nas condições de vida e sobrevivência dos trabalhadores e na qualidade da assistência prestada, visto que muitas vezes esses trabalhadores necessitam ampliar a carga horária para garantir a sua subsistência e de sua família;
- Diminuição da centralização dos cuidados em saúde na figura do médico a partir da maior qualificação profissional e ampliação dos salários das categorias não-médicas, diminuindo as diferenças salariais entre as categorias, sem perder de vista a importância e especificidade de cada uma delas;
- Criação de planos de carreira estaduais que abarquem todas as categorias dos trabalhadores da saúde e planificação das demandas em saúde no Estado. A ampliação de vagas universitárias e postos de trabalho será mediada diretamente pelos interesses da população e não pelo mercado de



trabalho.

2) Ampliação da rede de serviços com foco na saúde do trabalhador

- Reversão imediata do processo de privatização já instalado em diversos setores da saúde e que se manifestam através de convênios e contratos com instituições privadas e filantrópicas, freando a tendência atual de ampliação e interiorização deste modelo de gestão no estado;
- Pela ampliação da responsabilidade do Estado na Atenção Primária a Saúde tanto a partir de maior financiamento direto como a partir da criação de instituições públicas que fomentem a pesquisa e expansão do acesso a APS assim como garantam a formação continuada dos trabalhadores da saúde;
- Expansão da rede ambulatorial e hospitalar a partir de intenso processo de planificação econômica. O investimento hospitalar não funcionará na lógica de investimento em grandes obras isoladas que servem como material de intensa publicidade sem ter necessariamente autêntico respaldo social. O investimento massivo na Atenção Primária será complementado pela oferta de ambulatórios e hospitais que garantam a continuidade da rede sem produzir gargalos de acesso entre a Atenção Primária e os outros setores. A partir da planificação serão reconhecidas as demandas mais urgentes e os locais apropriados para a instauração das redes de saúde;
- Expansão da rede de serviços diagnósticos e enfrentamento dos grandes conglomerados financeiros que atuam na saúde. Os serviços diagnósticos também comporão a rede de saúde pública e será diferente dos tempos atuais em que boa parte destes serviços estão nas mãos da iniciativa privada;
- Criação de instituições responsáveis pela operação de serviços de assistência e pesquisa em saúde do trabalhador. A saúde do trabalhador é reduzida na sociedade capitalista à saúde ocupacional e assim limita-se a garantir ao trabalhador continuar reproduzindo a sua força de trabalho sem necessariamente se preocupar com a integralidade da saúde deste trabalhador. Assim, a saúde do trabalhador que pautamos insere-se em uma análise das relações entre trabalho e modo de vida sob o capital, com o foco de garantir uma vida rica em vigor e em sentidos, não apenas uma vida pautada no trabalho.

3) Reestruturação radical do Cuidado em Saúde Mental

A OMS estima a existência de mais de 350 milhões de pessoas com depressão no planeta, sendo a principal causa de incapacitação dos indivíduos para o trabalho, como também há crescimento de 40% nas taxas de suicídio no mundo, sendo o Brasil o país com o maior

número de suicídios anuais da América Latina.

As classes dominantes potencializam esse processo ao enunciar o mito da responsabilização individual: cada trabalhador é estimulado a sentir que a sua pobreza, desemprego e miséria social são frutos apenas de suas ações, da cor de sua pele, do seu gênero, e não resultado de escolhas políticas e da estrutura organizativa da sociedade. Quando doentes, muitas vezes não possuem acesso a serviços de saúde que promovam o cuidado adequado, não possuem direitos trabalhistas que os protejam da sede de lucro dos capitalistas, não possuem moradia adequada para o seu descanso.

Há também um processo de ampliação do encarceramento da população, intensificando uma perspectiva de cuidado asilar - cuidado a casos graves e persistentes, ou uso de substâncias psicoativas em instituições fechadas, com internação de longa duração. Percebe-se um aumento de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas. Outro debate que está no centro do cuidado em saúde mental é referente o uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA). Observa-se um processo de criminalização do uso de SPA vinculado à criminalização da pobreza, reforçando uma perspectiva militarizada de cuidado com ações de caráter higienista. Em vez de cuidar das pessoas de maneira integral, compreendendo inclusive que o uso abusivo de SPA é também reflexo das contradições sociais, contribuindo com o processo de reabilitação e redução de danos para quem apresenta um quadro de dependência e uso abusivo de substância, os últimos governos estaduais têm estabelecido uma prática de retirada forçada das pessoas da rua, institucionalização em serviços fechados e super medicalização. Dessa maneira, entendemos serem nossas prioridades as lutas:

- Pelo cuidado em saúde mental em serviços territoriais e comunitários, com equipes multiprofissionais, que tem como perspectiva o cuidado integral e restabelecimento social dos indivíduos acometidos pelo adoecimento psíquico;
- Pela reversão imediata do processo de aumento e investimento em hospitais psiquiátricos e em Comunidades Terapêuticas;
- Pela descriminalização e legalização das drogas, além de nacionalização dos postos de venda, com instituição de uma política consistente de redução de danos.
- Pela ampliação das instituições de lazer e cultura, que garantam o acesso dos indivíduos em sofrimento psíquico a instrumentos de cuidado não cerceadores da liberdade e da criatividade;
- Pela oferta de tratamentos adequados, que podem passar pelas psicoterapias e pelo uso de psicotrópicos, mas que não confundam as demandas em saúde mental apenas enquanto demandas de serviços de saúde e sim compreendam a ligação

do sofrimento psíquico com a vida social.

4) Combate à violência contra a mulher e pessoa gestante

I

No Brasil, o aborto é legal em três situações: em casos de estupro, anencefalia e nas situações em que a gravidez gera riscos à vida da mulher. Nos últimos anos, houve várias tentativas da “bancada evangélica” em fazer retroceder tal legislação a partir de projetos apresentados na câmara de deputados, o mais conhecido deles foi o Estatuto do Nascituro, que conferia direitos legais ao feto desde o momento embrionário. Isso significaria que mesmo em gestações que poderiam levar a mulher à morte, sem viabilidade da gravidez, a mesma deveria ser mantida.

Daí se impõe uma pergunta essencial: qual vida importa? Em países que legalizaram amplamente o aborto, como o Uruguai e a França, e que também investiram em outras estratégias tais como educação sexual e ampliação de acesso a serviços de saúde, observou-se significativa redução no número de abortos. Enquanto no Brasil, dados do DataSUS apontam que no primeiro semestre de 2020, o número de mulheres atendidas pelo SUS em casos de abortos malsucedidos – provocado ou espontâneos – foi 79 vezes maior do que o de interrupções da gravidez previstas em lei. Foram realizadas mais de 80 mil curetagens, procedimento muito mais frequente em abortos provocados do que em abortos espontâneos. Além disso, quase 68% dos procedimentos pós-aborto concentraram-se nas regiões Norte e Nordeste.

Os dados podem indicar o quanto as barreiras de acesso ao aborto legal podem não só aumentar a incidência dos abortos provocados e aumentar os custos hospitalares em procedimentos pós-aborto clandestinos, como também indica que em locais com piores condições socioeconômicas há maior quantidade de tentativas de aborto. Quando o assunto é interrupção legal da gestação em casos de estupro, a situação é ainda mais grave. Os dados evidenciados pelo Anuário de Segurança Pública de 2019 mostram que ocorreram mais de 66 mil registros de estupros no ano anterior, 81,2% das vítimas sendo mulheres e 53,8% tinham até 13 anos. Comparando com o número de interrupções legais registrados, nota-se uma grande discrepância entre tais dados, apontando para uma possível barreira de acesso das mulheres ao aborto previsto em lei.

Realizar o aborto remete à possibilidade da pessoa gestante escolher se irá ou não manter uma gestação, bem como escolher se manterá ou não uma família nos moldes burgueses. Criminalizar o aborto é a outra face da negação total de serviços que poderiam ser coletivizados e tornados serviços comunitários, mas que em nossa sociedade são reproduzidos pelas mulheres no seio da família, em múltiplas jornadas de trabalho.

É fundamental olhar a questão sob o ângulo da saúde pública, ampliando os debates sobre o acesso e disponibilidade de procedimentos seguros, como também se impõe a necessária crítica à estrutura ideológica que retroalimenta a sociabilidade do capital, que retira das mulheres a sua capacidade de agência, assim como retira direitos básicos.

II

No Brasil, a partir da década de 1980 assistiu-se a um aumento considerável dos partos cirúrgicos. Dos anos 1970 para os anos 1980, a quantidade de cesáreas saltou de 14,6% para 31%. Ao longo dos anos, mesmo com as evidências científicas sólidas elucidando as maiores taxas de complicação da cesárea, notam-se números ainda mais alarmantes na proporção entre partos cesáreos e partos vaginais no país.

Numa grande pesquisa denominada “Nascer no Brasil”, sob coordenação da Fundação Oswaldo Cruz e de ampla participação de várias instituições científicas brasileiras, analisou-se dados de 266 hospitais de médio e grande porte em 191 municípios de todos os estados do país. Das 23.894 mulheres, 52% haviam parido a partir de cesárea. Já no sistema privado essa taxa atinge 88%.

Constata-se assim que existe uma “epidemia” de cesáreas no Brasil. Esta realidade insere-se em uma discussão ainda mais ampla, a saber, a maneira como se pratica a assistência obstétrica no país como um todo. A medicalização e patologização do parto inserem-se numa dinâmica unitária de reprodução da violência estrutural contra a mulher e pessoa gestante, que eivadas de sua autonomia são assujeitadas pelos mecanismos de operação do parto no Brasil, vide as denúncias frequentes de violência obstétrica.

Dessa maneira, enquanto comunistas, entendemos ser central a luta:

- Pela descriminalização e legalização do aborto, com garantia de atendimento na rede pública de saúde a todas as mulheres que precisarem, além da ampliação dos programas que garantam os métodos anticoncepcionais (tais como o DIU, pílulas e preservativos) e da ampliação e facilitação dos procedimentos cirúrgicos que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres quando assim desejarem.
- Pela instalação de políticas direcionadas à reversão das altas taxas de cesáreas eletivas, com a criação de instituições que unifiquem a pesquisa na assistência ao parto humanizado com o controle e fiscalização da organização do sistema de parto na Bahia.
- Pela formação e instituição de redes de combate às violências contra a mulher, criança e adolescente, população negra e LGBTQIA+.

NOTA SOBRE AS GRANDES CIDADES



Foto: Nino Guimarães

Por Marcela Carvalho

Ainda em seus primeiros escritos entre os anos de 1842 e 1845, Friedrich Engels debruçava-se sobre a análise da produção da cidade e do modo de vida urbano da classe trabalhadora inglesa por meio do seu texto *As Grandes Cidades*, dedicado a publicação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Assinalando as formas de aglomeração da população da cidade moderna, palco da “guerra social, a guerra de todos contra todos, declarada abertamente”, o texto remonta o que Lefebvre chamaria posteriormente de uma “descoberta da realidade urbana em todo o seu horror”. Mesmo que a crítica construída por Engels leve em consideração as particularidades das paisagens das cidades inglesas, como o arrebatamento causado pela beleza do Rio Tâmis, noventa anos mais tarde, escritores como Virginia Woolf retratariam “o

fim do clima de romance” em texto de abertura da publicação *Cenas Londrinas*, chamado *As docas de Londres*: ancorados os navios, a cidade do capital em 1930 era a mesma cidade de “aparência decrépita”, que aquela retratada por Engels, do espaço da vida “atomizado” em sua miserabilidade pela ordem da acumulação capitalista.

Dos contrastes urbanos aos olhos do teórico revolucionário, evidenciava-se a situação dos bairros operários - como o bairro de St. Giles lugar onde “as portas são inúteis pois nada há para roubar”¹ - frente ao luxo dos bairros aristocráticos de Edimburgo, tornando notória a completa **“dissimulação de uma burguesia”** que, para além de explorar a miséria dos operários, associava-se conscientemente à falta de iniciativa da administração pública em melhorias urbanas.

Eram duas cidades em uma: de um lado, a decadência do antigo centro urbano com seus alojamentos e albergues noturnos, onde “empilhavam-se” trabalhadores desabrigados, situação facilmente associada ao panorama de nascimento dos conjuntos de moradia de concentração de outros tantos operários, onde as habitações precárias acomodavam famílias inteiras sob um único cômodo. O ambiente construído convivia com a má qualidade do ar, bem como com a irregularidade das ruas e calçadas lamacentas, essas mesmas ruas que configuraram as vielas como espaço de mercado de frutas e outros alimentos de “péssima qualidade e dificilmente comestíveis” devido à própria condição da urbanidade. Logo ali do outro lado, avistava-se a pretendida “boa-ordem”, ou aquilo que Engels apontou como “disposição urbana hipócrita”, das principais ruas das cidades inglesas, tomada pelo comércio da média e alta burguesia, bairros por onde se consolidam as habitações dos proprietários de terra, com seus ajardinamentos laterais e frontais, e onde certamente estarão concentrados os investimentos públicos de condições razoáveis de saneamento caracterizando os lugares da aristocracia em seu “aspecto limpo e decoroso”, a ponto de invisibilizar toda a pobreza mencionada acima.

É em consequência dessa análise que a máxima proferida por Engels - ao afirmar que “o que é verdadeiro para Londres (...) é **verdadeiro para todas as grandes cidades**”² - demonstrará como a **segregação** socioespacial e a **decomposição** urbana é fruto da dinâmica entre a exploração da divisão do trabalho e do processo de acúmulo que se dá na explosão do tecido urbano enquanto mercadoria. E esta não é uma relação causal.

Esse modo pelo qual o Capital desenhou “o cinismo da propriedade”³ tem como álibi a razão mecanicista enquanto pano de fundo da conformação de um modo de operação do pensamento urbanístico controverso: Com seu caráter progressista seguido pelo sentido de “ordenação urbana” - sob a lógica de transformação funcionalista, geometrizante, inflexível, e fundamentalmente, mítica e repressiva - discurso completamente alicerçado sobre alegações de ordem higienista, social e de “segurança”, “as cidades” nada mais são que o resultado da redistribuição da mais-valia em escala global.

Disso se evidenciam também as bases que fundamentam a política urbana enquanto instrumento de desenvolvimento das cidades em seu caráter contraditório. Se por ora, as diretrizes de tal instrumento alimentam certo modo de operação sob determinada linguagem projetual usual iden-

tificada enquanto ordem urbana ideal, por outro, contém nela mesma a violência, o silenciamento e o abandono que a própria manutenção do estado burguês incide não apenas na desordem enquanto imagem da real deterioração da vida humana, mas fundamentalmente, as migalhas que se revelam em gestos pontuais de políticas paliativas que buscam apenas conter as reivindicações das populações de seus próprios direitos e da dignidade acerca do espaço que esta mesma população habita.

Não será qualquer concepção Proudhoniana embasada sobre a reversibilidade ou retorno dos investimentos em aluguéis em habitações precarizadas para as mãos da classe trabalhadora, que despontará em mudanças estruturais radicais no que diz respeito à recuperação do equilíbrio da sociedade urbana em todo o mundo. Das grandes cidades, torna-se urgente fincar nossas elaborações e práticas sobre processos históricos de transformações territoriais como aquelas experienciadas e refletidas a longo prazo das cidades socialistas comprometidas com mudanças de imensa qualidade com participação popular. Pleitear e refletir a produção em massa das cidades sob novas categorias conceituais diretamente relacionadas aos aspectos econômico, organizativo, ideológico, cultural, científico e técnico a partir da esfera de produção material, elaboração que insurge da dialética entre as formas de produção, que em suas **diferenciações**, integram-se e complementam-se, é o nosso ponto de partida. Aqui reside aos comunistas o labor da resposta e a esperança necessária sobre o que tanto se conclama enquanto direito à cidade em suas diversas faces.

¹ “As Grandes Cidades”. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Friedrich Engels.

² “As Grandes Cidades”. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Friedrich Engels.

³ *A questão da moradia*. Friedrich Engels.

ENTREVISTA DO MOMENTO

CHEYENNE AYALLA



Foto: Bia Galvão

Entrevista por Milton Pinheiro

Cheyenne Ayalla - estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA), militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da União da Juventude Comunista (UJC), candidata a Deputada Federal nas eleições 2022 pelo PCB.

O MOMENTO - Você é uma jovem militante política, como examina o papel da juventude nas lutas de classes em curso?

Ayalla - Hoje, com a ofensiva neoliberal cada vez mais crescente e feroz, as conquistas e o bem-estar da classe trabalhadora tornam-se pó, aqueles que sucedem esse contexto, seus filhos e filhas, encaram esse cenário caótico. Diante disso, com a continuidade dessa realidade, uma perspectiva de futuro melhor é muito improvável e é nesse momento que a juventude, sobretudo organizada, coloca-se para mudar essa conjuntura. Nesse sentido, penso que, com a construção dessa luta, a juventude trabalhadora não herdará a exploração a que seus pais e mães foram

submetidos, mas sim a coragem e a ousadia revolucionária. Como militante da União da Juventude Comunista (UJC), percebo que a juventude, sobretudo a juventude organizada, tem o papel fundamental de apresentar uma nova leitura de mundo e um novo horizonte para o futuro da classe trabalhadora, novo mundo e horizonte que devem ser construídos tendo como norte o fim desse sistema que explora, expropria e promove a miséria, logo, o fim do sistema capitalista e a edificação da sociedade socialista, rumo ao poder popular. Desse modo, a partir do cadáver putrefrado do sistema capitalista, do colonialismo, das autocracias burguesas, dos oligopólios e da barbárie do agronegócio renascerá uma nova humanidade, uma

humanidade emancipada! Portanto, o papel da juventude na luta de classes é organizar a sua revolta e o seu ódio, canalizando-os na luta pelo fim do capitalismo e na construção do projeto de sociedade que emancipará toda a humanidade: a edificação da sociedade socialista e do poder popular.

O MOMENTO - Quais seriam as questões centrais que hoje impactam a juventude brasileira?

Ayalla - São diversas as questões que impactam a juventude brasileira, dentre elas: 1) a da insegurança pública que tem como alvo, em sua imensa maioria, a juventude negra e periférica. Nesse contexto, a polícia, desonestamente, é apresentada para a sociedade como servidores públicos a serviço da segurança pública, sendo que, na realidade, eles provocam o genocídio e a hiper-carcerização de todo um povo, bem como o terror nos becos e vielas das periferias e comunidades desse Brasil. Sem contar que as operações dentro das comunidades quando não matam os filhos e filhas da classe trabalhadora, jogam-lhes em celas de prisões superlotadas onde a nossa juventude não tem acesso a qualquer forma de direitos humanos; 2) outra questão que impacta muito a juventude é a constante precarização do trabalho e sua inserção, cada vez mais cedo, no mercado de trabalho para que possam garantir a sua existência material no mundo. Essa inserção prematura os submete, muitas vezes, a postos de trabalho altamente precarizados, um exemplo disso é o crescente aumento de trabalhadores no telemarketing, principalmente os jovens que compõe a comunidade LGBTQIA+, que já são alvos de opressões domésticas e no mundo do trabalho, tendem a operar na lógica de metas e de uma intensa cobrança. Trata-se da lógica do desemprego estrutural, do exército de trabalhadores que são mantidos na reserva e são utilizados como barganha para que o sistema capitalista sempre permaneça edificado. Com isso, percebemos que os problemas são graves e diversos, sendo vital a derrocada do capitalismo e do neoliberalismo o quanto antes.

O MOMENTO - Como pensa a situação das comunidades urbanas dentro das cidades

que, gestadas pelo capitalismo, estão em completo abandono? Por exemplo os bairros populares e periféricos.

Ayalla - Em completo abandono, pelo fato de não existir nenhuma preocupação do poder público burguês, em estabelecer uma política pública que promova acessibilidade às cidades. A maior parte da população não tem direito à cidade, principalmente aqueles que moram em periferias, favelas e encostas. Nesse contexto urbano, uma das consequências da especulação imobiliária é a gentrificação, o custo de vida fica mais caro em áreas urbanas mais centrais, como por exemplo, aluguel e alimentação, obrigando a classe trabalhadora a morar em áreas periféricas das grandes cidades. De maneira proposital, essas áreas ficam ainda mais distantes do centro, dificultando o acesso dessa população a moradias seguras, saneamento básico, saúde básica, e à educação para seus filhos e filhas. Além disso, esse distanciamento implica no deslocamento destes para seus trabalhos, sendo submetidos a transportes públicos caros e precarizados e uma mobilidade urbana cada vez mais inflada e de péssima qualidade, assim, os/as trabalhadores/as levam em média duas horas de deslocamento de suas casas para o trabalho. Então, para além de encarmos uma realidade caótica da vida urbana somos submetidos/as ao adoecimento físico e mental provocado pelo capitalismo e pelo neoliberalismo.

O MOMENTO - Qual o papel da escola e da universidade na vida da juventude pobre, preta e periférica nesse momento?

Ayalla - A escola e a universidade têm um papel fundamental na sociedade, entretanto, devido a ofensiva neoliberal, a juventude negra e periférica é submetida a uma educação pública extremamente precarizada. A escola pública tem passado por um processo de desmonte através de cortes na educação pública, desde a guinada do golpista mdbista, Michel Temer, ao poder, e a partir disso ocorreram diversas mudanças sorrateiras e preocupantes nas escolas, a exemplo disso, desde 2018, com os bolsonaristas no poder, a militarização das escolas com a máscara de que são a melhor alternativa



para a educação das crianças e jovens quando, na verdade, é o podar das liberdades estabelecidas constitucionalmente desde redemocratização. Nesse âmbito, desde 2018, as mudanças que atingiram a educação colocam em evidência o autoritarismo militar e a reforma do ensino médio retira matérias que incentivam o pensamento crítico e, ao mesmo tempo, inclui outras que pouco atendem as demandas dos jovens, a exemplo da educação financeira. Além disso, a universidade pública em consequência desse novo ensino médio está cada vez mais precarizada e o ingresso dos jovens pobres e periféricos por meio do vestibular – que é o meio de acesso ao ensino superior - tem sido cada vez mais restrito. Conjuntamente a isso, os cortes afetam diretamente as universidades e encontram-se na casa dos bilhões afetando não apenas a manutenção da estrutura física da universidade e os salários de funcionários como também a garantia de permanência dos estudantes vindos do interior do país e os que moram na periferia, sendo cada vez menor a quantidade de bolsas permanência. Pois de nada adianta o ingresso na universidade pública se não for garantido os subsídios para que os estudantes permaneçam na universidade, a exemplo da garantia do transporte através do passe livre, a exemplo da alimentação por meio dos restaurantes universitários, a exemplo de saúde por meio de hospitais universitários, bem como o acesso à internet de qualidade, acesso a livros e acesso a creches para as estudantes que têm filhos. Além disso, estatizar as universidades do campo privado deve ser algo fundamental para as lutas da juventude contra o plano neoliberal que endivida os jovens, sobretudo, a juventude periférica que ingressa, na maioria das vezes, em instituições de ensino mercantilizada. Entendemos que a educação é uma ferramenta de aguçamento da criticidade das pessoas e que deve ser levada de forma crítica e, por esse mesmo motivo, é tão atacada pelos que estão no poder e restringidas cada vez mais quando estabelecem as reformas que podam o pensamento e cortam os investimentos na educação. Nesse sentido, defendê-la e torná-la 100% pública e acessível é uma luta primordial

para juventude.

O MOMENTO - Como examina o papel da mulher jovem nessa sociedade machista, misógina patriarcal?

Ayalla - Acredito que o papel da mulher jovem está no combate desses alçozes sociais, a saber: o machismo, a misoginia e o patriarcado, todas essas opressões são sustentadas pelo sistema capitalista. Apesar dessas opressões serem mais antigas que o próprio capitalismo, o machismo e a misoginia foram absorvidos pelo sistema para que a mulher fosse subjugada constituindo, assim, a sociedade patriarcal. Dessa maneira, esse imaginário produzido pelas grandes esferas de poder reflete de forma concreta na sociedade quando a mulher, principalmente jovem e periférica - que é um dos grupos mais explorados da sociedade -, está inserida no mercado de trabalho nos cargos de servidão, salários mais baixos, além das duplas, quando não triplas jornadas de trabalho, impedindo-lhes de qualquer outra ação, até mesmo a inserção na política por falta de tempo. Dito isso, a ausência das mulheres negras numa formação política ou em movimento mais organizado para alterar a realidade que as cercam é justamente pela estrutura a que estão inseridas e com isso não podendo combatê-la de maneira substancial. Desse modo, quando se coloca a redução da jornada de trabalho como pauta principal de luta é para que a classe trabalhadora, como também a jovem mulher, esteja mais a par do seu papel político e mais conscientes da opressão diária que ela convive. Por fim, como nos mostra a literatura revolucionária e a história, o papel da mulher é fundamental na destruição do sistema capitalista e a jovem mulher herda essa luta das gerações de mulheres que vieram anteriormente a ela. Sejamos fortes e aguerridas camaradas, pois a luta é árdua.

O MOMENTO - Você é candidata à deputada federal pelo PCB, quais são as suas principais preocupações?

Ayalla - Na conjuntura que se apresenta, vejo uma direita que segue extremista, porém com ações ainda mais explícitas e ainda mais violenta. Somado a isso, está a esquerda moderada (moderadíssima) encabeçada,

principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores que disputa setores da burguesia através de um projeto subalterno de conciliação de classes. Tal projeto conciliador freia o processo de luta de classes e nega comprometimento com as dificuldades que sofrem a classe trabalhadora, tendo em vista que a conciliação de classes é puramente um projeto focado nas eleições representativas burguesas. Nesse cenário, o PCB como um partido de vanguarda tem a tarefa de elevar o debate e trazer propostas que estejam a par das dificuldades materiais da classe trabalhadora, não apenas apontando os problemas estruturais, mas também pontuando a importância da organização da classe trabalhadora para superação dessas contradições e a edificação da sociedade socialista, rumo ao poder popular. Enquanto comunista e candidata a deputada federal, minhas principais preocupações estão ligadas a como devemos levar o nosso discurso, visando sempre a segurança dos camaradas. Dessa forma, preocupo-me com o discurso enraizado e construído ao longo de anos pela propaganda anticomunista promovida e financiada pelo imperialismo norte-americano, principalmente. Por isso, nesse momento, é ainda mais necessário audácia, cautela e estratégia no campo político, é um compromisso muito sério. Dito isso, mais do que nunca nossa militância deve estar alinhada com a disciplina revolucionária devido ao acirramento da conjuntura e a tarefa extraordinária (as eleições 2022) que estamos enfrentando. Lembrando sempre que o PCB se baseia não na filiação, como se faz na democracia burguesa, mas na militância revolucionária, então, tanto minha candidatura quanto às candidaturas dos/as demais camaradas que estão nessa tarefa não são candidaturas individuais, como está burocraticamente posto, mas algo que é colocado como tarefa para cada militante comprometido com nossa causa e nosso novo modelo de sociedade. Em outras palavras, é uma tarefa coletiva.

O MOMENTO - Qual é a sua reflexão sobre o processo de lutas políticas que se movimentam na luta pelo Poder Popular, na perspectiva do socialismo?

Ayalla - Desde que me organizei na União da Juventude Comunista (UJC) e no Partido Comunista Brasileiro (PCB), vejo crescente as visões mais radicalizadas dos problemas que nos rondam. Nesse contexto, a guinada neofascista ao poder e seus tentáculos mortíferos pelo Brasil a fora mostrou concretamente a juventude – e grande parte da sociedade – que sem uma democracia que realmente seja para o povo, que se traduz no Poder Popular, esses golpistas e ladrões estarão no poder a cada novo ciclo econômico de derrota da social-democracia. Desse modo, mais do que nunca, devemos saber qual a nossa ideologia política, ler e estudar a nossa teoria revolucionária do proletariado - a qual é imortal - e estarmos atentas/os à disciplina revolucionária pois essas são ferramentas de luta. Mas, sei que o socialismo e a ânsia por uma nova sociedade são cada vez mais crescentes e nossa militância está cada vez mais preparada para espalhar a palavra e a prática revolucionária por todo país. Então, se hoje estamos cada vez mais conhecidos é devido ao nosso comprometimento com essa tarefa histórica. Portanto, quando levantamos nossas palavras de ordem estamos falando do nosso compromisso enquanto comunistas e quando estamos construindo nosso trabalho de base pouco a pouco nos bairros, locais de trabalho, universidades e por onde formos – pois somos revolucionários a todo instante – é onde estamos honrando nosso dever enquanto partido de vanguarda:

PODER

Poder

PODER PARA O POVO

Poder para o povo

E O PODER DO POVO E

o poder do povo

VAI CONSTRUIR UM MUNDO NOVO!

VENCEREMOS, CAMARADAS

AGRONEGÓCIO E A FOME: A PROMESSA DE ERRADICAÇÃO DA FOME QUE RADICALIZA SUA EXISTÊNCIA

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

2

Fome zero e agricultura sustentável

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



Imagem: ONU Brasil/Alexandre Mask

Por Alexandre Mask

Este artigo é composto por três partes: 1) Modernização Agrícola; 2) Reprodução da Fome; 3) Segurança Alimentar e Nutricional. Na edição anterior, tratamos da Modernização Agrícola e como o processo de produção e circulação agrícolas são indissociáveis. Estes por sua vez, agudizam a luta de classes no campo intensificando as desigualdades rurais entre os empresários do Agronegócio e os camponeses¹. Neste texto, trataremos da parte II.

De acordo com a primeira parte do texto², aprendemos que a dialética torna a produção e distribuição de alimentos indissociáveis no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a produção no campo é engendrada pelo padrão de consumo, que por sua vez é determinado pela propaganda de forte cunho ideológico impetrada pelo Agronegócio. Quantas vezes não escutamos na mídia ou em debates de cunho liberal que o Agrobiz é o “herói” que alimenta 1 bilhão de pessoas pelo mundo? O que mais impressiona é a facilidade na aceitação desse tipo de argumento sem sequer buscar a origem dessa falácia, reflexo da força da propaganda financiada pelo AgroMORTE. É possível encontrar apenas um estudo que origina essa informação. Sim, apenas uma unidade! Uma “pesquisa” organizada pela Embrapa³ - que recebe o curioso título de “*O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas*”⁴ -, realizada com métodos hipotéticos toscos afirmando, inclusive, que o Agrobiz alimenta toda a população brasileira adequadamente. Segundo o “estudo”, não há fome nem insegurança alimentar no Brasil⁵. Não é necessário possuir mais de dois neurônios para perceber o tamanho do absurdo dessas informações⁶.

Entretanto, vamos para além disso. Porto Gonçalves (2004) demonstra em detalhes a forma que a produção e distribuição de alimentos transgênicos - trigo, arroz, milho e soja - no campo são determinantes para os hábitos de consumo alimentar da cidade. A drástica redução de espécies ofertadas e a constitui-

ção de padrões de produção, que aceleram o processo de modernização agrícola escorados na justificativa da elevação da produtividade, são a base do suprimento das progressivas demandas alimentares da população crescente (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 3-4).

Não obstante, tal produtividade jamais fora comprovada, e diversas pesquisas - consideramos aqui a soja RR⁷ - constataram que os métodos tradicionais (agroecológicos) mostravam-se mais produtivos que os convencionais (transgênicos), com variações entre 2% e 22% a maior, e em alguns lugares chegando a ser até 40% superiores. Não bastassem as falsas promessas venenosas, a Monsanto sugeriu como solução para esse descompasso eliminar a produção de soja tradicional no mundo (ANDRIOLI, 2012).

Nesse ponto, já compreendemos a modernização agrícola como elemento central da agudização da luta de classes no campo, através das relações de troca desigual e da intensificação da divisão do trabalho, que por sua vez, aliena-se⁸ cada vez mais. As limitações naturais dessa relação, aliadas ao esgotamento dos recursos (degradação/destruição ambiental, mudanças climáticas, perda da biodiversidade...), elevam a tensão entre as relações sociais e o modo de produção, uma vez que esses recursos (meios de produção) tornam-se mais restritos e mais caros, limitando cada vez mais o acesso a esse processo de exploração.

Portanto, o recrudescimento da insegurança alimentar é inevitável. Como percebemos detalhadamente mais acima, sob diversos aspectos, não há meios de se obter qualquer distribuição equitativa dentro das relações de produção capitalistas. Sua própria estrutura inviabilizaria o processo produtivo. A insegurança alimentar é um sintoma mórbido e extremamente grave do sistema vigente.

Para além das questões estruturais, ainda dispomos de diversas informações advindas de instituições relevantes acerca da insegurança alimentar que corro-

CAIO PRADO JÚNIOR E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



Foto: Agência Fapesp

Por Lincoln Secco

A emancipação política do Brasil não teve, em si, significado decisivo para Caio Prado Júnior; o tráfico de escravizados persistiu e só foi abolido em 1850; e a escravidão perdurou até 1888. E entre os elementos fundamentais do sistema colonial, um se manteve até hoje: a grande propriedade fundiária como eixo fundante da economia exportadora.

É o ano de 1808 que guarda, assim, um significado profundo para a América portuguesa. Além da transferência da corte para o Rio de Janeiro sob o comando do príncipe regente, deu-se a abertura dos portos às “nações amigas” (leia-se Inglaterra), verdadeira ruptura do pacto colonial¹. O significado foi tão profundo que Capistrano de Abreu tomou o início do século XIX como um marco divisório. Caio Prado Júnior considerou a data histórica o limiar de nossa “Revolução da Independência”, a qual se daria entre 1808 e 1831 (ano da abdicação de D. Pedro I). Ele, porém, abarca as revoltas da Regência e até mesmo os primeiros anos da Maioridade como período de incertezas revolucionárias. Embora tenha sido pioneiro ao realçar o papel dessas insurreições no processo de independência, posteriormente reorientou seu foco para as estruturas da sociedade brasileira, deixando em segundo plano a narrativa dos acontecimentos políticos. Questão de ênfase expositiva e não metodológica, posto que em todas as suas obras a

contradição entre forças materiais da produção e relações de produção (incluindo sua expressão jurídica, as relações de propriedade) esteve no cerne da análise.

Em *Evolução política do Brasil*, Caio Prado Júnior observou o processo de Independência à luz dos acontecimentos de 1930, ainda que respeitando procedimentos de pesquisa que ele mais tarde aperfeiçoou. Isso não pode passar despercebido. Não se compreende o seu “1822” sem sua leitura da Revolução de 1930, na qual teve amiadada participação como membro do Partido Democrático de São Paulo.

Tanto a Revolução da Independência quanto a Revolução de 1930 foram lidas por ele como obra mais de uma classe do que da nação. À nossa Independência teria faltado a massa de violência² que se observou na América espanhola (as dificuldades viriam depois da transição política). A Revolução de 1930 também evitou a batalha de Itararé, cidade paulista em que se aguardava o grande confronto entre as tropas “revolucionárias” e as governistas. Houve um acordo e registraram-se apenas algumas escaramuças.

A era das revoluções americanas abre uma transição, definida por Caio Prado Júnior como carente de um estatuto jurídico universalmente acei-

to: desde 1808 não éramos uma nação autônoma, mas também não mais uma colônia.

A revolução foi lida como resultado de uma contradição entre a evolução econômica e o estatuto colonial. Já a forma da revolução foi um “arranjo político” tanto em 1822 como em 1930. O príncipe regente teve um “papel todo ocasional”, mas as circunstâncias determinaram que fosse em torno dele o desenrolar da luta para afastá-lo da influência das cortes portuguesas. Lembremos que Dom Pedro I, segundo Oliveira Martins, queria ser um Washington, sem, contudo, deixar de ser um monarca. Para o imperador, “a liberdade era um presente, e não o reconhecimento de um direito popular”³.

A Revolução do Porto, preparada “espiritualmente” no Sinédrio (o grupo de radicais que discutiam, à sombra de Manoel Fernandes Tomás, uma nova administração para Portugal), adotou uma constituição segundo o exemplo de Cadiz (1812), que previa unicameralismo e recusa de direito de veto ao monarca. Os deputados não se estabeleceriam por ordens, mas por voto popular (povo entendido aqui enquanto um círculo restrito de eleitores). Com o retorno de Dom João VI do Brasil para Portugal, em julho de 1821, solicitou-se que o monarca jurasse a Constituição, o que ele efetivamente fez.

Para Caio Prado Júnior, todavia, o Brasil formava-se por meio de uma revolução que vinha com sinal contrário: era liberal para a metrópole, mas uma contrarrevolução de ímpeto recolonizador para os “brasileiros”. Aqui se desvela a especial propensão dialética do autor para perceber e incorporar as contradições do processo histórico. Quando ele se volta ao tema da Assembleia Constituinte, nota que também ela terá um papel invertido se cotejada com a da antiga metrópole⁴. O modelo principal, copiado pelos constituintes de 1823, foi o francês. Mas, as normas que na Europa exprimiam os interesses do Terceiro Estado contra a nobreza, uma vez transplantadas para cá, representaram os anseios dos proprietários rurais contra a burguesia mercantil. Meios coincidentes foram empregados para fins opostos. A obra da Independência era a liberdade econômica e a soberania nacional, dentro de um projeto de “caráter classista”. Por isso, a Independência é produto de uma classe e não da nação.

A Revolução de 1930 tinha sido frustrante para Caio Prado, um acontecimento que apenas produziu uma mudança de superfície. No entanto, ela integrava um processo que se iniciou antes e ainda estava aberto a uma conclusão revolucioná-

ria, na qual Caio Prado Júnior se engajou como dirigente da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

A espontaneidade que ele acreditava vivenciar na década de 1930 era também encontrada nas insuficiências que observou na “agitação democrática e popular” após 1822. A Revolução da independência foi “incapaz de realizar seu ciclo completo, inábil para propagar a centelha revolucionária através de todas as camadas revolucionárias da sociedade”⁵.

Caio Prado Júnior fazia notar a dessintonia entre as condições objetivas e a imaturidade subjetiva das classes sociais. Nos anos 1930 a burguesia e as oligarquias estavam menos amadurecidas politicamente que a pequena burguesia e a classe operária. Mas estas duas não possuíam força material para liderar o processo revolucionário. Com a derrota da ANL, Caio Prado Júnior, em ampla medida desenganado, refletiu acerca da Revolução de 1930 como um lento processo, a exemplo da Independência.

A revolução de 1935, única com potencial de completar o ciclo iniciado na década de 1920, havia sido derrotada. Nas décadas seguintes, Caio Prado voltou-se para o estudo da história econômica e procurou outras vias diferentes da insurrecional para a afirmação da independência nacional. Para ele, a forma das nossas tentativas de independência foi uma revolução processual; seu conteúdo foi a construção interrompida de uma economia nacional; seu sujeito deveria ser uma aliança das classes orgânicas do núcleo do processo econômico com uma imensa massa informal de trabalhadores. A Revolução Brasileira continua em compasso de espera. Assim como a independência econômica do Brasil.

¹ Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira* (São Paulo, Revista dos Tribunais, 1933)

² Isso não significa ausência de luta popular. O processo, no entanto, foi dirigido de cima contra o setor popular e não apoiado nele

³ Joaquim Pedro Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo* (Lisboa, Guimarães, 1952), p. 46.

⁴ Lembremos que a obra *Evolução política do Brasil* foi publicada no ano seguinte à guerra civil de 1932, cujo lema oficial era o constitucionalismo. Para Caio Prado, que dela não participou e a ela se opôs ainda que passivamente, a Constituição traduz em normas jurídicas o equilíbrio de forças políticas da sociedade. Ideia que seria retomada em texto redigido em Paris, em 1937: “A fórmula final de apaziguamento e reorganização foi dada pela Constituição de 1934”.

⁵ *Ibidem*, p. 143.

A CARAVANA DA ESPERANÇA



Imagem: Rhaic Pastor Piancó

Por David Rehem

Entre os anos de 1925 e 1927, Luís Carlos Prestes esteve à frente de um movimento que ficou conhecido como A *Coluna Prestes*. Prestes ainda não tinha abraçado o marxismo-leninismo como norte de atuação política, mas já demonstrava seu interesse em entender os reais problemas do povo brasileiro e sabia que para superá-los precisaria confrontar os interesses das elites de nosso país. Anos depois, já na década de 1930, Prestes ingressaria no PCB e se tornaria a maior liderança do partido em toda sua história, com forte influência junto à classe trabalhadora brasileira.

100 anos após a fundação do PCB, o partido continua seguindo a tradição revolucionária que é marca de sua história e participará das eleições deste ano apresentando candidaturas que se propõem a apresentar e dialogar com a classe trabalhadora um programa que, obje-

tivamente, pretende apresentar alternativas para que rompamos as amarras que transformam grande parte da população brasileira refém de uma elite urbana e rural que pouco têm se importado com as condições de vida de nosso povo e que, por esta razão, precisa ter seus interesses questionados e confrontados por mandatos populares.

Neste sentido, o Partido Comunista Brasileiro tem promovido uma verdadeira caravana da esperança no estado da Bahia.

Nossa candidatura para Governo do Estado traz uma dobradinha poucas vezes vista num processo eleitoral. Giovani Damico encabeça a chapa. Professor da rede estadual de ensino, tem atuado em defesa da educação e esteve presente, desde a juventude quando iniciou sua militância na União da Juventude Comunista (UJC), em diversos espaços de luta. Com

sua serenidade e capacidade de diálogo, vem construindo nossa atuação na área de educação e movimentos populares, destacando-se como uma das principais lideranças da Unidade Classista no estado da Bahia. Em 2020, professor Gio, como é carinhosamente conhecido, cumpriu a tarefa de apresentar um programa revolucionário ao representar o PCB nas eleições para vereador da cidade de Salvador. Junto com Damico, nossa chapa para a maioria também conta com o advogado João Coimbra, militante que se destaca por sua atuação na luta antiprisional, contra o genocídio negro e com forte presença nos movimentos populares na cidade de Salvador e da Bahia. Coimbra vem denunciando a violência e o genocídio do povo negro em nosso estado, apontando a necessidade de discutirmos a segurança pública em outros moldes, que priorize a geração de emprego e renda e contra a atual política de guerra ao tráfico que só vitima jovens negros e suas famílias.

Neste ano, o PCB também apresenta três candidaturas para a Câmara Federal. A partir da compreensão de que um mandato revolucionário no parlamento deve servir tanto para proposições que deem voz as demandas da classe trabalhadora brasileira como também denunciar os limites da democracia burguesa que apenas representa os interesses da burguesia, do agronegócio e de seus aliados no Congresso.

Um desses nomes é o da professora Ana Karen. Médica do povo, professora do curso de medicina da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e secretária política do Coletivo Feminista e Classista Ana Montenegro, Ana Karen atua tanto no movimento sindical como também constrói a luta junto aos movimentos populares, com ênfase no movimento feminista classista e apresenta sua candidatura como porta-voz do povo baiano.

Da mesma forma, apresenta-se a candidatura da estudante da área de saúde e militante dos movimentos populares, de bairros e cultural. Cheyenne Ayalla coloca-se na tarefa de levar a leitura de mundo do povo trabalhador do estado da Bahia. Ayalla é uma militante que tem sua trajetória pautada em levar à frente as pautas dos movimentos populares e da juventude.

A candidatura do jovem Guilherme Reis, que iniciou sua militância na UJC, vem se destacando tanto quanto um quadro organizativo, quanto como um camarada que soma sua militância com a luta por uma universidade popular, impulsionando o MUP (Movimento por uma Uni-

versidade Popular) como um espaço de debate e construção de uma universidade que esteja a serviço dos interesses da classe trabalhadora brasileira.

As candidaturas do PCB apresentam-se como um espaço de construção coletiva. Venha conversar com a gente! Se a luta contra a exploração e todas as formas de opressões movimentam sua vida, venha construir conosco nossas candidaturas. Acompanhe-nos em nossas redes sociais e nos ajude a construir programas que pautem a superação da exploração e das opressões capitalistas!

Venha com a gente construir a Caravana da Esperança em nosso estado! Venha construir as candidaturas do PCB!

Para governar o estado da Bahia: Professor Giovanni Damico e João Coimbra (21)

Para deputadas/o federais:

Ana Karen: 2110

Cheyenne Ayalla: 2121

Guilherme Reis: 2100

Ou vote na legenda para fortalecer nossas candidaturas à Câmara de Deputados: 21

“O Cavaleiro da Esperança

faz a hora acontecer

Faz punho armado

Faz punjança

Mas combate pela paz

pro povo não morrer “

(O Cavaleiro da Esperança, Taiguara)

O PROJETO POLÍTICO DA NOVA ESQUERDA JÁ NASCEU COM PRAZO DE VALIDADE!



Foto: Anderson Riedel

Por Arthur Santos

No final da década de 1980, com a dizimação do campo socialista europeu, a esquerda, em uma ação de repercussão mundial, abandona a postura revolucionária e combativa ao sistema capitalista recaindo numa social-democracia conciliadora que destruiu as vanguardas da classe trabalhadora e nos deixou à deriva dos avanços do capital. Essa “Nova Esquerda”, no Brasil, assume posturas “mais polidas” frente à nova conjuntura internacional, leia-se posturas conciliatórias com a burguesia e classes dominantes do campo e da cidade.

Acontece que o tempo mostrou que a luta de classes não teve fim com uma vitória do capitalismo e ainda existe a real necessidade de

lutar. Compreensão que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve ainda na década de 1990, quando após líderes dos setores liquidacionistas tentarem (e não conseguirem!) desmontar o partido, com respaldo da burguesia nacional, desligaram-se do Partido e fundaram o Partido Popular Socialista (PPS), um dos expoentes dessa Nova Esquerda surgida neste contexto histórico. O PCB se reorganiza no processo de Reconstrução Revolucionária, já naquele momento, entende que o projeto da Nova Esquerda era limitado e está fadado ao fracasso!

No Brasil, tivemos exemplo perfeito da limitação destes projetos quando, após utilizar dos governos Petistas por anos para intensifi-

car seus lucros, a burguesia nacional tramou um golpe de estado contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) e empossou Michel Temer (MDB) que aprovou todos os projetos liberais do “centrão”, da “bancada evangélica” e do “agro” (Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, abertura de APAs para exploração das mineradoras e do agronegócio), que nada mais são do que diversas facções com um mesmo projeto ultraliberal. Curioso de se ver que o Partido dos Trabalhadores aliou-se novamente com as frações golpistas para derrotar o “bolsonarismo” abandonando mais uma vez as ruas em nome de um projeto “popular” com Geraldo Alckmin (PSB), um dos maiores inimigos da classe trabalhadora paulista dos últimos anos.

Na Bahia, o projeto conciliador da Nova Esquerda, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) mostra seus sinais de desgaste e de falência. Todo o projeto liberal empreendido pelo PT nos últimos anos, tais como privatizações, alianças com a burguesia, arrocho salarial e a reforma da previdência, serviu para mostrar que não há diferenças entre o “Tardo-Carlismo” e o modus operandi do governo de Rui Costa na Bahia. A disputa eleitoral entre ambos (nesse caso, de Jerônimo Rodrigues) representa, na verdade, a disputa entre frações distintas da Burguesia baiana travestidas de governos trabalhistas e progressistas.

A limitação do projeto de governo do PT chegou ao momento de maior desgaste com a população, que necessita, concretamente, de ações para reduzir a miséria em que se encontra ao mesmo tempo que se desilude com os anos de governo Rui Costa, inimigo declarado do povo baiano, que transformou a Polícia Militar em uma máquina ainda mais sanguinária para reprimir qualquer manifestação dos trabalhadores e estudantes, e que assassina a juventude negra e periférica (Segundo o próprio governador, a PM tem que agir nas comunidades com a frieza de *“um artilheiro em frente ao gol”*). Enquanto isso, ACM Neto (DEM) posa de alternativa para a disputa do Palácio de Ondina, enquanto, na realidade, representa os mesmos desmandos do capital e de manutenção da Ordem Burguesa. O sucesso de ACM Neto em detrimento de Jerônimo Rodrigues aponta, na realidade, que as classes dominantes baianas estão radicalizando seu projeto ultraliberal e

nisto, o uso que a conciliação de classes, expressa nas ferramentas do governo petista não tem mais espaço nos projetos de desenvolvimento burguês.

A Nova Esquerda nada mais é do que restos do movimento trabalhista subsumidos pelo capital. Não há perspectiva de continuidade de sua existência e de seus devaneios conciliadores a longo prazo. Ela mesma se encurrala, cada vez mais, nas contradições de suas práticas conciliadoras e insuficientes para responder, concretamente, os anseios da classe trabalhadora. Por isto, ela se descola cada vez mais das massas, das lutas, dos sindicatos, das manifestações e se adere ao seu próprio algoz, o Capital, que a utiliza como instrumento de consolidação de poder como o fez com os governos petistas no Brasil e na Bahia.

Mas, existe continuidade das lutas, dos sindicatos, das manifestações, ela resiste naqueles que foram chamados de antiquados, de ortodoxos, de ultrapassados. Ela resiste naqueles que não veem as lutas trabalhistas como um fim em si mesmo, ela resiste naqueles que a veem como parte de um projeto de sociedade, ela resiste nos comunistas. Quem derrotará o capitalismo não é a “Nova Esquerda”, que nesse momento já deve ser compreendida como uma fração orgânica do capital, e sim a luta organizada dos trabalhadores em torno de um operador político revolucionário que caminhe com as massas e as direcione à Revolução.

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

CHEYENNE AYALLA



Foto: Bia Galvão

Fonte: Assessoria de Campanha

Cheyenne Ayalla é uma jovem lutadora popular, Secretária Política do Núcleo de Bairros da União da Juventude Comunista (UJC) e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que diante da sua própria realidade, em momento algum apaziguou com as contradições à sua volta, engajando-se na luta política comunitária e por bairros com a intenção de modificar a realidade concreta que a rodeava. De origem periférica e filha de professores, a jovem estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA) traz

vigor e disciplina para a luta, atuando ativamente na construção dos movimentos populares e de bairros da cidade de Salvador. Cheyenne Ayalla é a força da juventude na combatividade anticapitalista. É mais uma candidatura na proposta do Poder Popular que se apresenta como uma alternativa no caminho de colocar os interesses do povo, das comunidades e bairros no protagonismo da luta política.

Para Deputada Federal, Cheyenne Ayalla! Na urna o número é 2121!

GUILHERME CORONA REIS



Foto: Bia Galvão

Fonte: Assessoria de Campanha

Guilherme Corona Reis iniciou sua militância no instituto federal, nas lutas em defesa do IFBA, pela educação, contra os cortes orçamentários, contra o ajuste fiscal na emenda constitucional 35 que suga as contas públicas privilegiando interesses privados e congela investimentos sociais necessários para a vida da população. Aproximou-se do movimento por uma Escola Popular e ingressou na União da Juventude Comunista (UJC) em 2020. Em 2020, iniciou a sua militância na UJC, tornou-se membro dirigente do corpo diretivo da UJC no estado da Bahia (CE) e foi cooptado para a mi-

litância partidária tornando-se secretário de organização da célula de Trabalhadores Carlos Marighella. Atualmente, é estudante da Universidade Federal (UFBA) no curso de Geografia, onde constrói a luta no Movimento Estudantil da UFBA junto ao Movimento por uma Universidade Popular e participa das lutas por educação dentro do Estado da Bahia através da concepção de poder popular do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para Deputado Federal, vote 2100, Guilherme Corona Reis!

ESPAÇO CULTURAL

O TEATRO MODERNO NA CULTURA BRASILEIRA



Foto: Inácio França/Pref.Olinda

Por Gabriel Galego

I - Teatro Erudito e Teatro Popular

O teatro é uma forma artística muito antiga, que atravessa inúmeras culturas e etnias através da história. O teatro dramático chegou em terras brasileiras ainda no século XVI, com os jesuítas portugueses durante a colonização – sendo utilizado de forma “pedagógica” para convencer os indígenas a seguirem a moral cristã e a civilização ocidental. Já naquela época, os jesuítas percebiam a potencialidade do teatro em comunicar com os povos, mesmo que utilizado inicialmente como instrumento das classes dominantes na tentativa de destruir e subordinar culturas inteiras.

A linguagem artística, em sua forma e conteúdo, não é essencialmente revolucionária ou reacionária – depende diretamente dos seus fatores e como é agenciada por esses sujeitos históricos. Por exemplo, ainda durante o período de colonização, a forma dramática também foi apropriada pela classe trabalhadora rural da Zona da Mata de Pernambuco e do agreste de Paraíba criando-se, dentro de sua tradição, o famoso **folgado do Cavalo-Marinho**. O teatro popular dessa tradição já não é utilizado da mesma forma como foi pelos jesuítas. Pelo contrário, os brincantes dessa tradição, que existem até hoje, utilizam essa linguagem artística para recontar a história da classe trabalhadora local em sua diversidade com representações, música, danças e poesia.

No Brasil moderno, adentrando o século XX, essa disputa acerca da utilização da forma dramática por classes distintas continuou relevante. Por um lado, existia um teatro erudito, herança ocidental e realizado em teatros oficiais e chiques, de difícil acesso para o povo. Por outro lado, existia o teatro popular e o circo, feito nas ruas e nas zonas rurais, que dialogava diretamente com a classe trabalhadora rural e urbana. Novamente, aparece na história da cultura

moderna brasileira uma distinção entre cultura erudita e cultura popular, entre a cultura acessada pela burguesia e classes médias e a cultura acessada pela classe trabalhadora.

Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, em sua jornada pelo teatro popular pernambucano a partir de 1945, debruçam-se sobre esse problema. Depois que Ariano Suassuna escreveu “Casamento Suspeitoso”, unindo outra vez suas influências das histórias dos canceiros populares de cordel com a comédia clássica, ainda na década de 1950, ele escreveu um texto para combater os críticos eruditos que o atacavam. Os críticos diziam que Ariano não tinha originalidade, repetia as fórmulas do “Auto da Compadecida” e fazia comédia com vulgaridade. Ele responde as críticas da seguinte forma:

Dizer, assim, que o mundo das Carobas, dos Joões Grilos ou dos Cancões, em que me baseio, é um mundo pobre e que vai me levar para a repetição estéril é, ao mesmo tempo, falta de respeito a algo que é profundamente nosso e, ao contrário do que dizem, muito rico — muito mais do que o teatro contemporâneo, burguês e “erudito” [...] Se a tradição popular nordestina é pobre, não o será mais do que, por exemplo, a da Commedia dell’Arte que aqueles gênios renovaram e cujos tipos eram poucos e esquemáticos. (Teatro Completo Ariano Suassuna, Nova Fronteira)

Era evidente, para Ariano, essa distinção entre teatro burguês e teatro popular. Posteriormente, a experiência do **Teatro Popular do Nordeste**, dirigida por Hermilo Borba Filho e fruto desses experimentos entre 1940 e 50, foi essencial para avançar no problema existente do teatro moderno. O teatro talvez seja uma das linguagens artísticas em que melhor percebemos essa divisão da cultura brasileira, fruto de uma sociedade estratificada em classes sociais –

que, conseqüentemente, reparte também o público, restringindo o acesso e a produção.

II – Realismo brechtiano, marxismo e cultura popular

Na mesma época, existia outra tendência, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se preocupava em tornar a classe trabalhadora mais consciente de si – criando uma dramaturgia mais atrelada ao realismo no sentido brechtiano, isto é, abandonando a catarse e encontrando a criticidade racional do espectador. Eram ligados a uma dramaturgia política e didática, com clara inspiração épica, por vezes visualizando a arte como um possível instrumento de agitação e propaganda¹.

O Teatro Arena de São Paulo, dirigido por José Renato e Augusto Boal, demonstra essa tendência. Em 1958, a montagem de *Eles não usam black-tie*, escrito pelo jovem dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, representa um marco no teatro brasileiro – sendo a primeira peça a colocar o proletariado brasileiro no protagonismo de um drama. Em 1962, os Centros Populares de Cultura, que tinham na vanguarda de seu desenvolvimento teatral comunistas como João das Neves e Vianinha, vindos de um racha do Arena, efetuavam a crítica ao teatro em sua forma empresarial e seus limites em alcançar o público trabalhador. Não por acaso, os CPCs tinham uma política de ir até as universidades, sindicatos e praças públicas para realizar ensaios e peças, começando a se deslocar de um teatro de palco para o teatro de rua.

O período entre 1945 e 1964 foi muito frutífero para o teatro brasileiro, época em que se deu a eclosão do teatro moderno – e os marxistas tiveram um papel relevante nesse processo, sob muita influência de Brecht. Nesse período, os comunistas atuaram no campo das artes cênicas com grande fôlego: Solano Trindade, Vera Gertel, Dias Gomes, Gianfrancesco Guarnieri, João das Neves, Vianinha, Augusto Boal.

Mesmo depois da eclosão da ditadura militar, outras experiências continuaram acontecendo – nesse movimento de unir a linguagem teatral moderna e a cultura popular brasileira. Na Bahia, por exemplo, tivemos a criação do Teatro Vila Velha em 1964, fruto de um racha da Escola de Teatro da UFBA por parte do professor João Augusto e uma trupe de alunos. Um de seus alunos, Échcio Reis, continuou essa pesquisa acerca do teatro popular, voltado para o teatro de rua em diálogo com as culturas populares – fundando, em 1995, o Teatro Popular de Ilhéus. Esse grupo é ainda muito atuante na região e fundamental por retratar a história regional, levando o teatro para a rua dos distritos de Ilhéus e do Litoral Sul, incentivando a criação cênica e dramática da região sul baiana².

Romualdo Lisboa, diretor atual do grupo, no texto que antecede a dramaturgia *1789: uma ópera afro-punk sobre a revolta dos escravos do Engenho de Santana*, reflete sobre a gênese do Teatro Popu-

lar de Ilhéus, dizendo que “Era urgente descobrir a nossa gente para fazer dela protagonista das nossas histórias. Marx, Engels, Adorno, filosofia, Bertolt Brecht, João Augusto, Équio [Reis], teatro, tudo ao mesmo tempo se confrontando, se misturando e gerando o Teatro Popular de Ilhéus.”. Na Bahia, o teatro épico de Brecht também se misturou com pesquisas do teatro popular e de rua.

III – O teatro moderno e seus desafios

O teatro brasileiro, nascido tardiamente no processo cultural da nossa arte moderna, não pôde se distinguir da tendência histórica da produção artística brasileira. Inevitavelmente, essa linguagem também se estabeleceu dentro de uma relação dialética entre inovação vanguardista, arte erudita e tradições populares. Existe uma relação inevitável e de profundo significado entre a cultura popular, a cultura erudita e, mais atualmente, também a cultura de massas.

O teatro popular não depende diretamente das tradições vanguardistas, nem das eruditas, muito menos da cultura de massas – pois guardam tradições populares centenárias, como é o caso do Cavalo-Marinho. Entretanto, muitas tentativas foram feitas no sentido de criar um teatro moderno que dialogue com essas tradições, como foi o caso do Teatro Popular do Nordeste e de outras experiências, como o Teatro Popular Brasileiro (TPB), encabeçado pelo marxista e folclorista Solano Trindade.

No Brasil, de forma muito particular, por conta da influência intensa de Brecht em nosso teatro, o teatro popular e de rua nutrem grande diálogo com o realismo brechtiano – como é o caso, por exemplo, de Romualdo Lisboa no Teatro Popular de Ilhéus e de Amir Haddad, no grupo Tá na Rua. O teatro épico, essa tendência de vanguarda que modificou profundamente o fazer teatral, fincou raízes profundas no teatro moderno brasileiro realizado pelos marxistas – merecendo de nós, comunistas e artistas do teatro, uma atenção crítica especial.

¹ Essa tendência apareceu também em Pernambuco, quando pensamos da polêmica que existiu entre o Teatro Popular do Nordeste (TPN) e o Teatro de Cultura Popular (TCP), entre 1960 e 1964. O TCP foi dirigido pelo Movimento de Cultura Popular, com militantes marxistas, ligado ao governo de Arraes. E Ariano Suassuna, que não era marxista e rompe com o TCP, nunca escondeu seu desacordo com as tendências estéticas brechtianas. O projeto de política cultural do TCP, inclusive, inspirou os Centros Populares de Cultura da UNE.

² Em outra ocasião, no **podcast Enfiados na Lama**, tive a oportunidade de entrevistar Romualdo Lisboa, diretor do grupo sul-baiano. Para quem se interessar, está disponível no Spotify.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sérgio de. Teatro e sociedade no Brasil Colônia: a cena jesuítica do Auto de São Lourenço. In: Revista Sala Preta, vol. 15, n. 1, 2015.

SUASSUNA, Ariano. Teatro Completo: comédias. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, ed. 1, 2018.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. CAVALO-MARINHO: AS REPRESENTAÇÕES DO POVO ATRAVÉS DO FOLGUEDO PERNAMBUCANO. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

SOUZA, Iná Camargo. A hora do teatro épico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

A IMPRENSA COMUNISTA E A VITÓRIA DO PCB NAS ELEIÇÕES DE 1945



Por Camila Oliver

Esse é tempo de partido, tempo de homens partidos. [...] Tempo de mortos faladores e velhas paráliticas, nostálgicas de bailado, mas, ainda é tempo de viver e contar. (Carlos Drummond Andrade, Nosso Tempo, em A Rosa do Povo, 1945)

A partir do fim de 1942, após forte repressão, o PCB voltou a atuar de forma mais organizada, iniciando a publicação de revistas como Seiva, Leitura e Continental. Surgiram várias publicações de teor marxista. A década de 1940, representou com intensidade a grande contribuição dos comunistas para o enriquecimento da cultura brasileira. As revistas foram idealizadas para que os intelectuais e militantes, mesmo sufocados com a falta e liberdade de expressão no Estado Novo, pudessem produzir. Era espelho para os comunistas do Brasil a vida de Lênin, que mesmo em situação de clandestinidade e perseguição do regime czarista, nunca deixou de escrever e publicar.

Todavia, ventos de abertura política já sopravam no Brasil. Em 1943, segundo a Constituição de 1937, o mandato de Vargas estava por terminar. Além disso, a derrota iminente dos nazifascistas, reforçavam o momento de redemocratização do país. Como estratégia, Vargas lançou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a campanha de sindicalização em massa, para que pudesse utilizar os trabalhadores no momento da reabertura. Porém, a reabertura política não aconteceu e, apenas em 1945 a cúpu-

la política a realiza.

O primeiro mês de 1945 já apontava uma grande dificuldade para os trabalhos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em janeiro, o I Congresso Brasileiro de Escritores exigiu a “completa liberdade de expressão” e exigiu um governo eleito por “sufrágio universal, direto e secreto”. Em meio às pressões, em 28 de fevereiro de 1945, Vargas promulgou o Ato Adicional em que, anunciou a realização de eleições para a presidência da República, a Assembleia Nacional Constituinte, os governos e assembleias legislativas estaduais. Em 18 de abril, foram anistiados todos os presos políticos, dentre eles Luís Carlos Prestes.

Neste ano, o PCB continuou com a orientação de formar frentes únicas. Assim, para o PCB, em 1945, as contradições fundamentais da sociedade brasileira eram de caráter político e não econômico. Para Prestes, no Brasil, a alternativa possível era lutar pela democracia dentro do regime capitalista. Por isso, neste período, o PCB posicionou-se contrário às greves, para preservar o projeto

de união nacional. Assim, os comunistas apoiaram Vargas até a sua queda. Sobre a política de união nacional, Prestes apontava:

[...] o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular. [...] Ora uma tal república [...] não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isso é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais (apud PRESTES, A.L. Artigo publicado em sítio do PCB, 11 de abril de 2012).

Em setembro de 1945, o PCB entrou com requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o seu registro, o qual foi concedido, provisoriamente, em 27 de outubro, e definitivamente, em 10 de novembro. Dessa maneira, o partido voltou a atuar de forma legal, após 18 anos de clandestinidade. O PCB, na legalidade, aumentou em suas fileiras o número de intelectuais, escritores, jornalistas e professores universitários, os quais concorreram às eleições de 1945 e 1947, a exemplo de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Álvaro Moreira, Caio Prado Júnior, Cândido Portinari, Mário Schemberg, Aparício Torelli, Nice da Silveira, Jacinta Passos, Di Cavalcanti, entre outros.

Na Bahia, o jornal *O Momento* operou como imprescindível órgão de divulgação das pautas comunistas e dos seus 24 candidatos a deputado. Dentre as bandeiras do PCB naquele período estavam: o combate aos integralistas; a conclamação por uma Constituinte e a revogação da Constituição de 1937; e a defesa pelo voto dos militares de baixa patente e dos analfabetos. Constavam ainda no programa do PCB as lutas: pela emancipação da mulher e reconhecimento de todos os seus direitos; pela proteção à infância, velhice e aos inválidos; e pelo esmagamento político e moral dos remanescentes do fascismo.

O Momento publicou matérias como: "O Partido Comunista e o problema eleitoral", de 06 de agosto – denunciando o elevado índice de analfabetismo no estado e, por conseguinte, a exclusão de grande parcela da população do seu direito de voto; "A Mulher baiana na luta pacífica pela democracia", de 15 de outubro, noticiando a organização da União Democrática Feminina na Bahia, que construía a luta pela participação da mulher na vida política e cultural do país. Dentre tantas matérias discutindo as pautas do PCB, *O Momento* publicou, em maio, uma carta de Carlos Marighella – que nesta eleição, após dez anos afastado de Salvador, foi eleito Deputado Federal pela Bahia – combatendo o integralismo, e a matéria "O povo baiano repele o integralismo – reagirá organizadamente contra as manobras dos fascistas brasileiros".

Também em 1945, o PCB apresentou candidato próprio à presidência da República: Iedo Fiúza, o qual obteve 569 mil votos, ou seja, 10% do total, contra 55% do candidato apoiado por Vargas, o general Eurico Dutra, e 35% do candidato da oposição, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Aquela foi uma eleição extremamente vitoriosa para o PCB. O partido obteve o apoio de 9,7% do eleitorado e elegeu 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o

qual foi o mais votado, atingindo 157.397 votos num total de 496 mil. Os deputados eleitos foram: por Pernambuco, Gregório Lourenço Bezerra, Alcedo de Moraes Coutinho e Agostinho Dias de Oliveira; pela Bahia, Carlos Marighella; pelo Rio de Janeiro, Claudino José da Silva e Alcides Rodrigues Sabença; pelo Distrito Federal, Joaquim Batista Neto, João Amazonas de Sousa Pedroso e Maurício Grabois; por São Paulo, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado e Mário Scott; e pelo Rio Grande do Sul, Abílio Fernandes.

Contudo, no dia 7 de maio de 1947, após sindicância instaurada em 1946 apontando irregularidades no estatuto do partido, o TSE julgou procedentes as acusações contra o PCB por três votos contra dois, cancelando assim o seu registro. Além das questões sobre o estatuto, o TSE alegou que o PCB era um partido estrangeiro, apresentando como prova o nome: Partido Comunista do Brasil e não Partido Comunista Brasileiro. Portanto, em 10 de maio, Benedito Costa Neto, então ministro da Justiça, determinou o encerramento das atividades do PCB. Tal determinação atizou a repressão sobre o partido, com o fechamento de células pela polícia em todo o país.

Mesmo com o registro cancelado, o PCB, por reconhecer a importância da imprensa comunista, preservou os seus órgãos de divulgação, já que muitos deles não apareciam como órgãos oficiais do partido. Outros, tiveram seus nomes substituídos: a *Tribuna Popular* foi substituída pela *Imprensa Popular*, e o diário *Hoje* tornou-se *Notícias de Hoje*. A revista *Problemas*, órgão teórico do CC, continuou a ser editada.

Assim como em 1945, *O Momento* seguirá nestas eleições de 2022 divulgando as pautas da classe trabalhadora e promovendo a campanha dos e das camaradas que estão, de maneira brilhante e forte, tocando essa tarefa do Partido Comunista Brasileiro (PCB)!

Nas eleições de 2022, vote **21!**

Para a Presidência, vote **SOFIA MANZANO, 21!**

Para o Governo do Estado da Bahia, **GIOVANI DAMICO e JOÃO COIMBRA, 21!**

Para deputadas/o federais:

ANA KAREN: 2110

CHEYENNE AYALLA: 2121

GUILHERME REIS: 2100

Fonte: OLIVER, Camila. *A Voz em disputa: Antagonismos e hegemonia no jornal Voz da Unidade. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2020. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/23479>*